

Congresso ainda tem os vícios do arbítrio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Mais uma vez, sai o Congresso pela tangente, investindo sobre a imprensa que o criticou. Custam menos a passar os vícios deixados pela ditadura do que a própria, da qual, aliás, imprensa e Congresso foram as maiores vítimas. Os reparos feitos nos últimos dias pelos jornais à atuação parlamentar não são novos nem se limitam, exclusivamente, à singular prática adotada em anos eleitorais, de deputados e senadores trabalharem por etapas na sede do Legislativo, através de um esforço concentrado cujo reverso da medalha se chama descanso remunerado. Afinal, preparar convenções regionais, dinamizar campanhas, voltar às bases e cuidar de reeleições não justifica ausência continuada nem, muito menos, acúmulo de tarefas que poderiam e deveriam ter sido desempenhadas antes. Mas isso não é o mais grave.

Critica-se, pela imprensa, o amontoado de matéria desimportante e demagógica que, tomando o lugar de outras, constitui o objetivo principal dos períodos de esforço concentrado. Esses projetos visam muito mais às campanhas do que ao aprimoramento do regime. Para não falar nas decisões sempre tomadas à última hora, e, portanto, imperfeitas, referentes à realização das eleições próximas.

Durante o ano passado, que não era um ano eleitoral e, acima de tudo, era o primeiro ano parlamentar da Nova República, o Congresso descuidou-se e não votou nem a metade do que precisaria ter votado. Algumas reformas significativas se viram implantadas, como a volta às eleições presidenciais diretas, o voto do analfabeto, a facilitação para a formação de partidos políticos e o fim da vinculação de votos. No plano econômico, foram referendadas iniciativas do Executivo. Esperava-se mais, dado o estado crítico das instituições, postas em frangalhos por 20 anos de autoritarismo. Na Constituição, foram deturpados horrores em vigor, a começar pelas medidas de emergência e o estado de emergência, o decurso de prazo, os decretos-leis e, mesmo, cerceamentos às atividades legislativas. Nada andou com referência à reforma dos códigos, a lei do desenvolvimento urbano dormiu outros 12 meses nas gavetas da Câmara. Ficaram como estavam, isto é, de forma execrável, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional e o Decreto 1.077, da censura prévia.

Os mais complacentes sustentaram que a omissão ocorreu de caso pensado. Primeiro, porque o governo democrático instalado em março de 1985 não se valeria dos instrumentos de arbítrio, bonzinho como se apresentava. Depois, porque não se podia ofuscar ou atropelar os trabalhos da futura e singular Assembleia Nacional Constituinte, que em 1987 se encarregará de passar o País a limpo. Esqueceram, os nossos parlamentares, de que se o terreno tivesse sido desbastado e o lixo ditatorial removido por inteiro, através da

ação do atual Congresso, sobraria mais tempo aos constituintes para tratar de temas realmente profundos e importantes, como a revisão das ordens econômica e social.

No cerne da questão gerada pelas críticas da imprensa estão alhos, não bugalhos. Mas ao que se assiste hoje é a confusão, proposital ou ingênua. Em vez de enfrentar os reparos sobre sua inoperância e sobre o volume de projetos desimportantes e demagógicos, o que faz o Congresso?

Critica a imprensa, através dos discursos de seus líderes partidários, apontando-a como interessada em desmoralizar o Legislativo, em defender interesses e em enfraquecer as instituições. Julga-se defendido e, com ares de prima-dona, enumera erros praticados pelos meios de comunicação. A imprensa não se considera acima do bem e do mal. Não se julga perfeita, num país ainda em elaboração. Apenas, o problema não é esse. Não se trata de uma olimpíada para saber quem é pior ou quem cometeu mais equívocos no passado senão de encontrar mecanismos capazes de romper o círculo de giz em que nos encerramos. Suas excelências, os parlamentares, não entendem ou fingem não entender a evidência cristalina. Precisam responder é sobre a enxurrada de estultices postas em votação a toque de caixa, durante os esforços concentrados. Sobre o tempo perdido no ano passado e neste, para o trato das questões relevantes. Sobre a demagogia que os leva a aprovar projetos como o da estabilidade nos empregos quando, por baixo do pano, sorriem e dizem ter certeza de sua inoportunidade, mas deixam a bomba para estourar nas mãos do presidente da República, esperando o seu veto.

Talvez tenham respostas, talvez não. O que não leva a nada é alinhar acusações à imprensa em tom de revanchismo e como cortina de fumaça, como poderiam, também, acusar a medicina, a engenharia, a agricultura e a polícia — porque falhas todos os segmentos sociais apresentam e continuarão apresentando por muito tempo. Decidiu-se o Congresso dedicar uma semana ou um mês de sua atividade a uma ampla radiografia da imprensa brasileira, discutindo, debatendo e examinando suas dificuldades, com vistas a equacionar soluções legislativas, tudo bem. Deputados e senadores seriam aplaudidos também se pudessem promover seminários referentes à segurança pública, à produção de gêneros alimentícios, ao urbanismo ou à saúde. Não dá para entender — ou dá muito bem — quando eles se sentem ofendidos pelas críticas e interrompem pelos microfones parlamentares sentenciando que os jornais querem a volta à ditadura, procuram acabar com o Legislativo e são grosseiros em seu comportamento.

O deputado Ulysses Guimarães chega hoje a Brasília, recomposto, e, ainda que não deva reassumir a presidência da Câmara, participará das conversas e dos entendimentos. Deve atuar como bombeteiro, fazendo refluir os ânimos.